

Segunda parte

A liberdade é terapêutica

Capítulo IV

A Luta Antimanicomial italiana: as condições de emergência

1. O ponto de partida

Iniciaremos esta complexa discussão traçando um esboço geral do cenário no qual nos deslocaremos e seus recortes analíticos, tributários da discussão teórica que apresentamos sobre ação social, sociedade civil, esferas públicas e movimentos sociais. Mas, como o título da segunda parte da tese já antecipa, nossa intenção é a de revelar o significado da ação social, ou coletiva, que se enseja. Mais que uma ideologia ou um frame, “a *liberdade* é terapêutica” é um princípio que define atores e processo. Trata-se da afirmação de um valor que é estrangeiro à racionalidade técnica psiquiátrica, na medida em que esta ofertava, tradicionalmente, o *controle* como princípio. As finalidades que derivam destes princípios são também claramente distinguidas ao longo dos acontecimentos. Diante da meta da segregação tradicionalmente legitimada, o *Movimento* responde firmemente com a idéia de reinserção e reabilitação social.

Porém, a tematização da liberdade e da autonomia não é privilégio do movimento social que discutiremos. Aqui temos uma sintonia com o imaginário de uma época que se estende até os limites da definição mesma de modernidade (Castoriadis, 1992; Domingues, 2002). Mas, ao se articular liberdade com a prática psiquiátrica, nasce um modo de definição que terá efeitos profundamente perturbadores na definição do papel profissional do psiquiatra e dos limites de sua prática.

O *Movimento de Luta Antimanicomial, MLA*, constituiu-se, destacadamente, nos limites internos e externos das instituições psiquiátricas italianas em contextos assistenciais públicos, ou seja, nos limites da relação social institucionalizada que define psiquiatras e doentes mentais (Albuquerque, 1978:71). E, como bem observou Giacanelli,¹ “mais que em outros países ocidentais, a crítica da psiquiatria tornou-se na Itália um fato público” (Giacanelli, 1975:V). Isto significa que ela migrou da esfera privada para a pública, da intimidade do sofrimento individual vivido no

¹ Em entrevista.

recolhimento dos asilos para o calor dos movimentos de protesto, vendo-se então revelada em cores de denúncia que, finalmente, converteram-se em novas interpretações normativas e novos procedimentos.

Trata-se de uma história feita de confrontos, contradições, disputas de poder e afirmação de identidades. É protagonizada por psiquiatras que rompem, consciente e sistematicamente, com os paradigmas técnicos de referência, no tradicionalista cenário italiano dos anos 60, e tomam uma direção de trabalho, na qual as ações clínicas (técnicas) e políticas perdem suas fronteiras, interpenetram-se e transformam-se, em vantagem desta última, de forma paradigmática. Além disto,

Da psiquiatria, a crítica se estendeu a outras disciplinas a ela ligadas (psicologia, pedagogia, etc.) e o discurso sobre os manicômios tornou-se o discurso sobre as 'instituições' (a prisão, a escola, as instituições especializadas para as crianças deficientes) que reproduzem um modelo exemplar de gestão de determinados segmentos 'incômodos' da população [...] (Giacanelli, 1975:V).

Esse movimento de profissionais tem como marco de origem, amplamente compartilhado, o trabalho realizado no Hospital Psiquiátrico de Gorizia², conduzido pelo psiquiatra Franco Basaglia, então diretor desta instituição, e sua equipe, iniciado em 1961. Este trabalho demonstrou, ao longo de seu desenvolvimento, a necessidade de uma profunda mudança da prática assistencial, que implicava a *destruição* dos manicômios – verdadeiras estruturas de segregação – e a desinstitucionalização da loucura, para que se viabilizasse a possibilidade de reintegração social e comunitária dos pacientes.

A experiência de *comunidade terapêutica* de Gorizia, que teve fim em 1971³, quando a equipe não encontrou respaldo administrativo para a implantação de estrutura assistencial externa adequada e alternativa ao manicômio local. Apesar do seu *insucesso* ou apesar de o projeto não ter sido realizado plenamente, ela formou opinião e um grande número de operadores (profissionais de saúde mental ou não), que vieram, posteriormente, a integrar e assessorar muitas outras iniciativas na Itália, alterando fortemente a concepção vigente acerca da perspectiva de um tratamento psiquiátrico e da interpretação acerca do sofrimento psíquico.

Quase simultaneamente à experiência de Gorizia, emergiram outras iniciativas, que objetivavam a ruptura com a prática tradicional da psiquiatria italiana.

² Experiência documentada no livro *A instituição negada*, organizado por Franco Basaglia (1985).

³ Esta data se refere ao momento de esgotamento operacional da experiência, pois a carta formal de demissão coletiva da equipe data de 1972 (Basaglia e Tranchina, 1979:162).

Seriam, destacadamente, as desenvolvidas nas cidades de Perugia (1965), Varese (1964) e Materdomini di Nocera Superiore (1968). Todas estas experiências dialogaram vivamente entre si de modo diverso: apoiando-se e confrontando-se.

A experiência do *Movimento de Luta Antimanicomial* que se tornou, em seguida, mais paradigmática e conhecida foi a de Trieste, iniciada em 1971. Ali, o já famoso psiquiatra Franco Basaglia e sua equipe (então renovada) encontraram espaço político, ou *oportunidade*, para desenvolver os projetos de *desinstitucionalização*, que preconizavam o fechamento das macroestruturas hospitalares psiquiátricas e a construção de aparato e práticas alternativas ao internamento (centros de saúde com estrutura para atendimento de crises, residências protegidas, cooperativas de usuários, etc). Segundo Kinoshita, estudioso da reforma italiana,

Pode-se dizer que o objetivo, a perspectiva italiana, é desinstitucionalizar a 'doença mental' [...] A desinstitucionalização não poderia ser definida positivamente, seria uma incongruência lógica; podemos tentar delimitá-la negativamente, isto é, não é uma técnica, não é uma fórmula, não é um conjunto de normas, não se identifica com a análise institucional de Lourau e Lapassade, não é uma fórmula administrativa. Tentando uma aproximação, diria que é desmontagem de aparatos externos e internalizados, é 'desconstrução' de modelos e valores racionalístico-cartesianos; é transformação das relações de poderes codificados e cristalizados (Kinoshita, 1987:78,79).

Assim, não se trata apenas de uma disputa por recursos públicos ou uma reforma organizacional, mas do questionamento da instituição enquanto norma e, muitas vezes, do seu expurgo ou negação radical, na intenção de produção de uma intervenção cultural e intersubjetiva.

Os modelos de Gorizia e, posteriormente, de Trieste (1971) orientaram, ainda no espírito da *Luta Antimanicomial*, outras iniciativas, como as de Arezzo (1969), Parma (1969) e Ferrara (1970), dentre as mais notáveis no período. E poderíamos citar muitos outros esforços, com resultados e táticas variados (Manacorda & Montella, 1977), ainda que menos típicos ou imediatamente identificáveis com o modelo antimanicomial, ou *basagliano* (tomando como referência o nome da sua já citada principal liderança, Franco Basaglia): Reggio Emilia (1969), Modena (1972), Napoli (1972) e Reggio Calabria (1973).

Dois táticas principais se alternaram, tomado o conjunto de experiências de reforma institucional italiana que se processou ao longo dos anos 60 e 70, em consequência do movimento social antimanicomial: ou iniciava-se o trabalho mediante uma intervenção nos manicômios, desmontando-os e constituindo, então,

serviços externos (tática *basagliana*), ou começava-se o trabalho externamente, na comunidade, para, num segundo momento, intervir nos hospitais psiquiátricos. A primeira tática, centrada em uma aguda autocrítica dos psiquiatras e no confronto com os padrões assistenciais instituídos, foi a que teve maior impacto e repercussão na Itália, caracterizando o *MLA*. A segunda, de perspectiva preventivista, enfocava a produção de demandas no contexto da sociedade civil, mas era menos impactante no que concerne à desmontagem do aparato manicomial e resultava na implantação de redes de atendimento ambulatorial. Ambas, porém, inspiravam-se, inicialmente, nos programas assistenciais anglo-saxônicos⁴ e franceses⁵, procurando, no entanto, expandir suas proposições, na medida em que enfatizaram a construção de uma prática que objetivava a reinserção social dos doentes mentais nos chamados *territórios*, ou comunidades locais.

As experiências mais bem-sucedidas e eficientes, segundo avaliações do final da década de 80 (Vasconcelos, 1992:49), situaram-se nas regiões setentrionais de Friuli (onde estão Trieste e Gorizia), Emilia Romagna, Umbria e Toscana, em cidades de pequeno e médio porte.

Essa referência espacial ou geográfica, como expressão dos locais onde se desenvolveram os processos de reforma, corresponde à expansão mesma do movimento social. Mas a regionalização não produz um cenário que esgota a emergência e os desdobramentos em todas as localidades relevantes. Um dos psiquiatras entrevistados⁶ refere-se à metáfora da *pele de um leopardo* ao esboçar sua cartografia da *Luta Antimanicomial*, evocando a figura de manchas dispersas por todo o território italiano.

Porém, ao enfocarmos as décadas de 60 e 70, é possível caracterizar o *MLA* como fortemente sintonizado com todo um cenário sociopolítico referente ao norte da Itália, que, em contraste com o sul, era próspero, mais culto e industrializado, além de politicamente influente.

Outro aspecto relevante é o da mudança de definição e de identidade desta ação coletiva. O *MLA* italiano nomeou-se como antiinstitucional e alternativo, e tomou, desde meados da década de 70, o formato associativo da Psiquiatria

⁴ Especialmente, o trabalho do psiquiatra Maxwell Jones com comunidades terapêuticas, como discutiremos mais adiante.

⁵ Psiquiatria de setor e psicoterapia institucional.

⁶ Antonio Slavich.

Democrática, a PD. Esta associação significou uma referência original para a transformação da realidade dos manicômios a partir de 1973, na medida em que dava identidade do modelo crítico e alternativo italiano⁷. Ela significa a autonomização em relação às outras associações profissionais psiquiátricas, à sociedade política e aos modelos estrangeiros. A politização do *Movimento* gerada a partir de então cria fóruns próprios e sempre mais receptivos à participação de outros públicos, profissionais e leigos, embora, a esta altura, aumente o zelo em relação aos critérios de pertencimento (Slavich, 1974).

Franco Basaglia foi, também, um dos fundadores desta associação, que nasceu em Bologna, em 1973. Nesta época, ele se tornara uma liderança nacional e internacional que defendia não apenas a extinção dos manicômios, mas a constituição de alianças entre setores populares e de esquerda, em geral, com vistas ao fim das chamadas *relações manicomiais*, sinalizando o amplo projeto emancipatório que inspirava o *Movimento*.

É importante enfatizar que as diversas definições do *Movimento* têm relações de continuidade e descontinuidade entre si. E, de modo específico, fizeram convergir um grande conjunto de atores. A explicitação desses *personagens*, em suas vinculações, conduz, a nosso entender, a uma compreensão mais adequada do processo e, até, dos resultados alcançados pelo *MLA* na reforma psiquiátrica italiana nos anos 60 e 70. Não se tratava, apesar das importantes sintonias discursivas e práticas, de um grupo homogêneo capitaneado por uma liderança única. A tendência, por ocasião do surgimento da Psiquiatria Democrática, seria, assumidamente, a de constituição de um coletivo policêntrico e eclético.

Havia certa escassez de produção teórica (de reflexão mais sistemática) e predomínio de ativismo. Os operadores, os profissionais que atuavam nos processos de reforma, viam-se, segundo Piro,

suspensos entre radicalismo e realismo prático, entre humanismo romântico e análises estruturais marxistas, entre psicanálise e a negação da ciência, entre democracia e leninismo, entre vanguarda cultural e prática administrativa reformista em articulação com sindicatos e partidos (Piro, In: Manacorda e Montella, 1977:VI).

Não havia uma orientação técnica precisa. Ao contrário, romper com os paradigmas psiquiátricos era o principal exercício preconizado, na medida em que a

⁷ Retomaremos o surgimento da psiquiatria democrática quando discutirmos os mecanismos de expansão do *Movimento*.

intenção era a de complexificar a visão acerca da doença por meio da crítica dos padrões interpretativos legitimados.

Os projetos de reforma, ainda na opinião de Piro (1977), ganharam formas diversas, afastando-se ou aproximando-se dos modelos originais, dependendo da perspectiva resultante dos diversos arranjos de atores. Podiam traduzir-se em: descentralização burocrática, administrativa e técnica (para sociólogos e administradores); experimentação de modelos anteriormente restritos ao mercado privado e às elites ou implementação de modelos sociolingüísticos diversos (para os técnicos inovadores e psicanalistas); atendimento popular tradicional ou parcialmente renovado (para psiquiatras), etc. (Piro, In: Manacorda & Montella, 1977).

Das múltiplas experiências e iniciativas, militância e alianças com setores progressistas, resultou a Lei 180, aprovada em 1978, que determina o fim dos internamentos em hospitais psiquiátricos e recomenda o fechamento dos manicômios públicos, além de redefinir o status de periculosidade do doente mental, conferindo-lhe direitos civis, políticos e sociais.

Isto se deu apesar da oposição de vários grupos e setores, como os partidos de direita (como o Movimento Social Italiano, MSI), *burocratas do ministério*, as estruturas previdenciárias existentes e resistentes, as instituições e clínicas privadas, a maioria dos médicos e suas associações, grande parte dos psiquiatras dos manicômios e das universidades, o *establishment* acadêmico e as corporações, enfermeiros dos manicômios e suas associações profissionais, e todos aqueles que detinham o poder psiquiátrico sobre os doentes mentais na Itália (Piro, In: Manacorda & Montella, 1977:VIII).

Entender como todos esses atores e perspectivas se articulam, em encontros, alianças, conflitos e desencontros na formação do *MLA* e na construção e institucionalização de suas propostas na Itália dos anos 60 e 70, é a tarefa a ser enfrentada neste capítulo, que ora introduzimos, sobre o nosso estudo empírico.

Pretendemos contar e analisar a história dessa luta a partir das iniciativas dos atores partícipes. Identificaremos, portanto, suas trajetórias e, a partir delas, teceremos alguns nós na extensa rede de relações que dará sustentação ao movimento social italiano⁸ que enfocaremos.

⁸ Ressalve-se que não estamos nos referindo ao partido de direita (fascista) chamado Movimento Sociale Italiano, nascido em Roma no ano de 1946 (Ignazi, 1997).

Na tentativa de construir uma periodização para o *Movimento Antimanicomial*, alguns caminhos já foram amplamente explorados, geralmente enfocando a reforma psiquiátrica italiana do ponto de vista institucional e de suas conquistas legais e assistenciais.

Alguns autores enfatizam como marcos históricos a legislação psiquiátrica de 1904 (Decreto real – Disposizioni sui manicomi e gli alienati), a de 1968 (Lei 431, ou “Lei Mariotti”) e, finalmente, a de 1978 (Lei 180, ou “Lei Basaglia”). Oferecem, pois, uma leitura normativo-legal da reforma⁹. Outros tendem a trabalhar com referência às inovações teóricas e práticas¹⁰. Esta perspectiva sugere uma leitura mais técnica acerca do desenvolvimento e consolidação de uma reorientação da psiquiatria¹¹. Outra via, ainda, é a que enfatiza os progressos no plano das concepções psiquiátricas, centrados na liderança de Franco Basaglia¹².

Todos esses modos de abordar a história do *MLA* são relevantes, mas não descrevem a construção mesma da ação coletiva dos psiquiatras, que resulta de uma crítica política antes que filosófica, oriunda da sociedade civil. Procurando enfatizar uma leitura mais afeita à dinâmica dos movimentos sociais, propomos uma via que destaque a emergência de atores e suas múltiplas conexões no âmbito da sociedade civil. Interessam os momentos de constituição de identidade e da estrutura interna do *MLA*, acompanhando alguns de seus atalhos e desvios, em um movimento de crescente publicização de questões relativas à prática profissional e ao sofrimento específico dos doentes mentais nos modelos assistenciais segregatórios. Esse caminho se delineou, particularmente, a partir das entrevistas, do estudo dos anais de encontros profissionais (listagem em anexo) e das publicações nos periódicos que estiveram mais sintonizados com o *Movimento Antimanicomial*.

Começaremos chamando a atenção para a Itália do pós-guerra e caracterizando as instituições psiquiátricas então hegemônicas, para, em seguida, situar na sociedade civil (e política) os atores do *Movimento* e as iniciativas associativas que se lhes pode atribuir. Assim, nos anteciparemos um pouco em

⁹ Exemplo desta perspectiva seria a periodização apresentada por Bassi (1999).

¹⁰ As experiências locais de Gorizia e Trieste, por exemplo, seriam os principais marcos na investigação da perspectiva da LAM. Já as de Varese e Perugia são enfatizadas por leituras mais afeitas a uma perspectiva da psiquiatria territorial.

¹¹ Como nos sugere o trabalho de Manacorda e Montella (1977).

¹² Pensamos aqui, como exemplo, no esforço interpretativo de Colucci e Di Vittorio (2001).

relação ao início da experiência em Gorizia (1961), mas sem deixar de dialogar com ela e com as demais referências institucionais.

É fundamental resgatar outros marcos que sustentem nosso veio interpretativo e que não se restrinjam aos momentos de conquistas legais e assistenciais. Exemplo disto é o ano de 1964, quando ocorre, no discurso de Franco Basaglia, uma clara explicitação da idéia da *negação dos manicômios* e tem início a efetiva constituição do grupo de Gorizia, os *basaglianos*, mesmo que a prática reformista lhe seja um pouco anterior.

O ano de 1968 também foi muito importante, mas não apenas em função da legislação então promulgada. Esta Lei respondia a demandas que não eram as do *Movimento* que enfocamos. Tal ano foi, antes de tudo, um momento de articulação com a sociedade civil, com os outros movimentos sociais e de protestos, com os sindicatos e, de forma especial, com o Partido Comunista. Daí emerge uma compreensão da saúde mental no contexto sanitário e de sua expansão como temática.

Nossa reconstrução histórica privilegia, como se verá, mecanismos e processos de construção do *Movimento Antimanicomial* em tensão com o próprio campo profissional e em sintonia com a sociedade civil. A nova institucionalidade decorrente do *Movimento* sugere a delimitação de um período de extensão da ação coletiva em questão, pela conquista da opinião pública, da demonstração da viabilidade das propostas antimanicomiais e da conquista de apoio político partidário e político administrativo.

Tudo começa, segundo a narrativa dos militantes do *Movimento*, com um rechaço, uma recusa diante da prática da psiquiatria italiana hegemônica no início dos anos 60. A partir do posicionamento crítico de toda uma geração de profissionais e de leigos, de suas decisões corajosas e, muitas vezes, simplesmente rebeldes, tomadas sob o signo do desejo de mudança, aconteceu efetivamente uma grande revolução nas instituições psiquiátricas italianas, uma questão de princípios que colocou em cheque a racionalidade técnica da psiquiatria e das ações que incidiam sobre sujeitos em situação de fragilidade subjetiva, civil e social.

Situar o *Movimento de Luta Antimanicomial* italiano em seu contexto sócio-histórico é uma tarefa que exige um deslocamento da atenção para a Itália desde o pós-guerra.

2. A grande transformação italiana: dos anos 50 aos 70

Nos anos 50, a Itália estava ainda convulsionada pelos acontecimentos da II Guerra Mundial. Recordemos que o ímpeto imperialista e expansionista de Benito Mussolini resultou em dupla invasão de seu país: dos aliados, pelo sul, e dos alemães, pelo norte. Ou seja, os italianos foram simultaneamente liberados e ocupados, sendo os dois processos igualmente penosos para a população (Ginsborg, 1989:46).

O pós-guerra trouxe desafios de elaboração e superação de grandes perdas humanas e materiais, e das cisões sociais internas, que se polarizavam entre o fenômeno da resistência antifascista dos “partegianos”, que envolveu mais de cem mil membros ativos (Ginsborg, 1989:90) nas regiões setentrionais e centrais da Itália, e o que ficou, como duro legado, da experiência e violência fascista em todo o território italiano. As diferenças socioeconômicas entre o norte e o sul haviam se aprofundado em todos os sentidos, mas a destruição e a pobreza afrontaram indiscriminadamente todo o país, agravadas pelo desemprego e inflação, e estimularam grandes fluxos migratórios no sentido do norte, industrializado e guardião das possibilidades de superação da crise.

É importante destacar que a Itália era então, com exceção de algumas cidades portuárias e/ou industriais importantes do norte, como Genova, Torino e Milano, um país fundamentalmente rural, pobre, de cultura camponesa (Passos, 2000:139), dialetal e religiosa no desfecho dos anos 50, como descreve o historiador Ginsborg:

um país ainda prevalentemente agrícola, caracterizado por grandes e ainda intocadas belezas naturais, pelas sonolentas cidades provincianas, por uma pobreza endêmica, sobretudo no sul, por uma cultura popular ainda profundamente campesina e dialetal (Ginsborg, 1989:IX).

No entanto, já no final dos anos 70, a Itália teria sofrido um profundo processo de transformação, que faria dela uma das nações mais poderosas do mundo contemporâneo, fortemente urbanizada, industrializada, capitalizada e secularizada.

Foram diversos os projetos societários que emergiram da amarga vivência da guerra, reagindo a ela, e que acabaram resultando em um extraordinário processo de superação, que se delineou nas décadas de 60 e 70. Tais resultados refletem sintonias, nos anos 60, à esquerda, entre o movimento operário (que também

resistira ao nazismo¹³) e os ex-partegianos do norte e centro da Itália; e aquelas, mais à direita, traduzidas na Guerra Fria e nas campanhas anticomunistas, que nos remetem ao apoio e à influência dos EUA – que participaram muito intensamente das ofensivas de liberação e da reconstrução italianas após o período bélico – e à força da Igreja Católica perante a sociedade italiana, que, além do profundo enraizamento cultural, colocava-se em termos de ações assistenciais e educacionais, e de estímulo ao cooperativismo.

Ressalve-se que com a morte do papa Pio XII, em 1958, e a escolha do Papa Giovanni XXIII, o chamado “Papa buono”, a Igreja Católica se afastará da vida política da república e verá com simpatia a possibilidade de alianças do governo à esquerda (Ginsborg, 1989:353), incentivando novas idéias e iniciativas, sintonizadas com a justiça social e com a formação de comunidades de base. Assim, mudam as relações entre esta instituição e o Estado Republicano, numa direção menos intervencionista e conservadora. Exemplo disto seria que em 1967 um padre da chamada ala do dissenso, don Milani, publicou o livro *Carta a uma professora*, que documentava uma experiência levada a curso na escola de Barbiana di Vicchio Mugello e que trazia um discurso crítico ao individualismo e à exclusão social. Este livro se tornou uma referência entre os estudantes “rebeldes”.

Com relação aos EUA, é importante ressaltar também que com o início do Governo Kennedy, em 1961, a Guerra Fria arrefeceu, e ampliaram-se as possibilidades de crescimento da esquerda e da formação de um governo de centro-esquerda, em 1964, na Itália (Tarrow, 1990:38). Porém, em 1963, o presidente Kennedy foi assassinado, e logo no ano seguinte começou a guerra com o Vietnã, que mudou o modo como os italianos enxergavam o governo americano, emergindo discursos e protestos antiimperialistas, sustentados pela esquerda. Em 1966, o Partido Comunista Italiano lançou uma campanha nacional contra a guerra do Vietnã, que logo escapou de seu controle, ganhando espaço entre jovens maoístas e “guevaristas” (Tarrow, 1990:139). Tarrow (1990:25) localiza, em 1966, a fonte da onda de protestos italiana e mundial em Livorno (Toscana), que ocorreu na passagem do Ano Novo, em sintonia com os protestos locais contra a guerra do Vietnã e se dirigiam contra o porta-aviões americano *Independence*. Em 1º de janeiro de 1967, ocorre uma passeata, sem a participação dos partidos mas

¹³ O chamado attendismo (Ginsborg, 1989:21).

composta por jovens (militantes das federações de jovens comunistas e socialistas) e operários. Os alto-falantes denunciavam o imperialismo norte-americano (num período em que os comunistas chineses, com a mediação do PCI, atacavam a União Soviética, sinalizando mudanças no sistema internacional). O episódio termina em confronto entre marinheiros americanos, jovens e polícia local.

Nesse complexo contexto é que emerge toda uma nova configuração das instituições políticas e sociais.

2.1. O Estado

A Itália republicana do pós-guerra nasceu forte, em 1946, mas ineficiente. Após o tratado de paz (Tratado de Paris, 1947), foi adotada uma Constituição (1948) que instituiu o regime parlamentarista (Larrousse, 1995). Ao longo dos anos 50 e 60, o Estado italiano efetivou uma política centralizadora, conservadora e burocratizada. As administrações locais, provinciais e comunais (*provincie e comuni*) eram muito limitadas e dependiam do governo central, que se fazia presente na figura do prefeito. A saúde pública era de responsabilidade deste frágil governo local. A Constituição previa não apenas a regionalização, mas eleições diretas em seu âmbito. Porém, esta Lei foi letra morta até praticamente o final da década de 70 (Putnam, 1996:35).

O primeiro governo italiano pós-guerra foi do Partido da Ação (PdA), formado pelos partegianos e movimentos de resistência, figurando Ferruccio Parri como presidente do Conselho de Liberação Nacional (CLN). Porém, este partido não resistiu às eleições constituintes de 1947, desaparecendo do cenário político (Ignazi:1997).

Os principais partidos de centro e de esquerda que se consolidam a partir das eleições de 1948, que consagraram o primeiro parlamento italiano eleito, foram: a Democracia Cristã (DC), o Partido Comunista Italiano (PCI) e o Partido Socialista Italiano (PSI). Com pequena expressão eleitoral, temos também o Partido Liberal (PLI), o Partido Republicano (PRI) e o Partido Social-Democrata (PSDI).

Foi sob o comando da DC, nos anos 60, que as características perversas do Estado italiano se reproduziram, o que discrepou em relação ao enorme dinamismo da economia e da cultura das décadas de 60 e 70 (Ginsborg, 1989; Tarrow, 1990). Configurar-se-ia um profundo descompasso entre o governo, a sociedade política e a sociedade civil italiana.

Somente nos anos 70, em resposta a uma crescente pressão societária por democratização, é que ocorreriam a institucionalização das regiões (15, que se somaram às 5 já existentes) e o início da descentralização administrativa¹⁴. As diversas regiões puderam eleger seus próprios conselhos, apesar de a autonomia financeira e efetiva só se concretizar a partir de 1977.

As regiões da Emilia Romagna, Toscana e Umbria formaram a “fascia rossa”, cinturão vermelho, um reduto de esquerda no centro da Itália, como previra e tentara evitar a direita. Instauraram-se administrações eficientes e referências no âmbito das políticas públicas, como foi o caso da província de Bologna.

Outro dispositivo importante dos anos 70 foi a instituição do *Referendum*, dispositivo legal que permitia solicitar a anulação de leis mediante solicitação dos cidadãos (mínimo de 500 mil) ou dos conselhos regionais (mínimo de 5) (Ginsborg, 1989:443). Este será um mecanismo importante para a compreensão do processo de aprovação da legislação psiquiátrica de 1978. Como afirmou Putnam (1996:36), “a autonomia regional interessava a quaisquer grupos que porventura estivessem à margem da política nacional”, como os comunistas.

2.2. Destaques da sociedade política

Do ponto de vista partidário, os comunistas (PCI) e os democratas cristãos (DC) serão particularmente importantes como forças políticas, no que tange ao nosso tema. De menor importância, temos também o Partido socialista (PSI), o Partido Radical (PR) e, pelo seu caráter de oposição de direita, o partido Movimento Social Italiano (MSI). A vida político-partidária renasceu com a queda do fascismo, em 1943, e constituiu-se o Comitê de Liberação Nacional (CLN) – com o Partido Liberal Italiano (PLI); o Partido Socialista Italiano (PSI), o Partido Comunista Italiano (PCI), o Partido Democrata cristão (DC), “demolaborista”, e o Partido da Ação (PdA), que formavam uma espécie de governo paralelo à monarquia – que orientou a reconstrução institucional italiana (Ignazi, 1997). Nas primeiras rodadas eleitorais do pós-guerra, a Constituinte de 1946 e as eleições de 1948, é que se reafirmarão como atores políticos efetivos do parlamentarismo italiano. Após as eleições de 1953, o quadro partidário se estabiliza e

¹⁴ A reforma institucional que se segue foi estudada por Putnam, em uma extensa pesquisa publicada sob o título *Comunidade e democracia – a experiência da Itália moderna* (1996).

a DC permanece como partido hegemônico, o PCI, o seu oponente mais forte, o PSI, entre cisões e reunificações não se move dos 10-15%, a direita missina [do Movimento Social Italiano, de cunho fascista] e monárquica não supera o teto de 10%, e em torno aos 5% (mais ou menos) se colocam os partidos laicos menores – PLI, PRI e PSDI – assim como a sua jovem e irrequieta costela, o Partido radical, o último dos partidos tradicionais [históricos] (Ignazi, 1997:13).

A Democracia Cristã entrou na cena política nos anos 50, e com grande hegemonia, apesar de não ter apoio homogêneo. Não teve participação muito relevante na resistência, apesar de posicionamento antifascista. Seu desenvolvimento e seu fortalecimento se devem mais aos vínculos com a Igreja Católica. Produziu lideranças fundamentais para a história da Itália, como: Paolo Bonomi, Alcide De Gasperi, Amintore Fanfani, Aldo Moro e Giulio Andreotti. A DC tornou-se nos anos 60 um partido de massas, interclassista (Ginsborg, 1989:246). Porém, dedicava-se efetivamente à classe média, Ideologicamente, tornou-se expressão do individualismo e da liberdade de mercado, ou seja, do pensamento liberal, tanto quanto do integralismo católico, que preconizava os valores cristãos. Seus principais aliados foram, nos anos 50, os republicanos, os liberais e os social-democratas (Ginsborg, 1989:247). A DC se apoiava, no norte da Itália, na tradição associativista católica, que constituía, praticamente, uma subcultura (Ginsborg, 1989:237). Porém, controlava os governos locais comunais nas principais cidades italianas (exceto Bologna).

Já o Partido Comunista Italiano (PCI) começa sua trajetória pós-guerra desde o projeto de democracia progressiva de Togliatti, seu fundador (em 1921), cuja principal inspiração funda-se em Gramsci. Togliatti queria transformar o PCI em um partido de massas e defendeu a unidade nacional e a composição de alianças. Conferiu legalidade ao partido, que participou do governo no período de guerra, por intermédio do Comitê Nacional de Liberação. Porém, os primeiros anos da década de 50 foram difíceis para os comunistas, e só a partir de 1953, com um recuo eleitoral da DC, foi que conquistaram maior expressão no cenário político e social (Ginsborg, 1989). Em 1958, houve toda uma série de crises internas ao partido, decorrentes de denúncias dos crimes de Stalin. Progressivamente, ocorreu o afastamento dos socialistas, que tenderam a conquistar maior autonomia, já a partir de 1953, e caminharam na direção de uma composição com a DC, o que seria característico dos anos 60. No entanto, este foi um período de crescimento para o PCI, apesar de um certo isolamento político e de não ser capaz de atrair a juventude.

Os comunistas efetivaram seu poder no centro da Itália, na região da Emilia Romagna, encorajando tanto o desenvolvimento das pequenas empresas e das empresas familiares como a gestão comunitária nas cidades. Só a partir de 1969 é que o PCI atrairia os jovens militantes provenientes da universidade, tornando-se mais receptivo aos movimentos de protesto do período. Com isto, acabaria por colher os melhores frutos do processo autocrítico que marcou a sociedade italiana nas décadas de 60 e 70 (Tarrow, 1990).

Com relação ao Partido Socialista, é importante registrar sua tumultuada aliança com a DC nos idos de 1963, que resultou em uma ruptura interna da qual (re)nasceu o PSIUP¹⁵, Partido Socialista de Unidade Proletária. Segundo Ignazi, “a história do Partido Socialista Italiano é uma história de ocasiões não colhidas, de encontros que não aconteceram, de trens perdidos” (1997:34).

Finalmente, o Partido Radical terá sido um catalizador importante para o desfecho legal da *Luta Antimanicomial* em 1978. Era um partido que, apesar de histórico, tinha formato e ação peculiares, ao conquistar espaço parlamentar em 1976. Tinha um caráter de grupo cultural, sendo ligado ao *Le Monde* francês (jornal), permitia a dupla filiação partidária e operara taticamente como o dispositivo do *referendum* popular, com conquistas importantes, como a vitória do *referendum* sobre o divórcio e o aborto. Era o partido que daria expressão parlamentar aos jovens e eleitores dos espaços setentrionais, cultos e metropolitanos da Itália (Ignazi, 1997).

2.3. Sociedade em transformação

As instituições sociais e culturais italianas serão, paulatina e crescentemente, alvo de crítica e palco de iniciativas libertárias ou antiautoritárias. Nossa pesquisa trata, particularmente, das instituições psiquiátricas e, indiretamente, das universidades italianas como espaços de destaque neste sentido. Segundo o relato de Aymone¹⁶, as críticas e iniciativas emancipatórias se relacionariam com a ocorrência de uma crise do modelo autoritário no pós-guerra, gerado pelo *cansaço* depois de duas Guerras Mundiais e pela dura experiência de ditadura.

¹⁵ Nome que o Partido socialista tinha em 1943.

¹⁶ Entrevista de maio de 2000, em Bologna.

Assim, precipita-se uma série de confrontos com a tradição autoritária, especialmente no norte e no centro da Itália, onde a ideologia antifascista tornou-se um fenômeno de massas. Talvez, como comentou Aymone, as gerações mais jovens, livres do condicionamento autoritário, tenham pensado e sentido mais intensamente a necessidade de liberdade e o ímpeto de mudar.

Abre-se, em meados de 60, um longo e intenso período de protestos vocalizados pela sociedade civil italiana, que

iniciou-se com violência no Alto Adige [norte] e depois desdobrou-se nas greves organizadas e nas contestações universitárias, para ao final difundir-se entre operários e estudantes secundaristas, no norte e no sul, entre médicos e pacientes, entre ferroviários e passageiros, entre padres e fiéis, em regiões e cidades rivais (Tarrow, 1990:6).

O saldo do período foi de reformas importantes, de ampliação democrática e de inserção de alguns elementos de uma nova cultura política (Tarrow, 1990:7), mas também de violência e de institucionalização dos movimentos.

O problema da autonomia foi central no ciclo de protestos italiano. Autonomia em relação aos sindicatos, à Igreja, ao Estado e aos partidos. Se no início havia toda uma perspectiva democrática e emancipatória, posteriormente, com o terror e a clandestinidade, passou a significar autonomia diante da própria realidade, segundo Tarrow (1990:113).

De 1966 até 1975, protestos de todos os tipos multiplicam-se na Itália: greves, passeatas, assembléias, manifestações públicas, ocupações, bloqueios, invasões, conflitos de rua, etc. Se de 1966 a 1967 o aumento foi da ordem de 17%, no ano seguinte simplesmente dobrou. Este ano ficou conhecido como o de maior expressão do movimento estudantil (Tarrow, 1990:65). Entre 1968 e 1969 os protestos continuaram a crescer e a tomar características peculiares. Os conflitos nas áreas da indústria e de serviços aumentam, e surgem novas áreas temáticas relacionadas à religião, à cultura e à cidade. Mas a participação dos sindicatos e dos partidos cai, emergindo outras organizações como protagonistas dos protestos, como a esquerda extraparlamentar (Lotta Continua, Potere Operario, Avanguardia Operaia, etc). O ano de 1971 foi, para Tarrow, o ponto culminante em termos de ocorrência de protestos na Itália.

2.4. O “milagre” e seu impacto social

Não se pode desconsiderar no contexto que estamos analisando a ocorrência do “milagre italiano”, entre 1958 e 1963, uma verdadeira revolução econômica e social que modificou profundamente o país. Tal fenômeno se deveu a diversos fatores, como o fim do protecionismo italiano, em sintonia com o mercado europeu; o baixo custo do trabalho na Itália, que favoreceu a competição, revitalização e modernização do sistema produtivo; a realização de obras de infra-estrutura; e a estabilidade monetária (Ginsborg, 1989:288). Cresceu a economia industrial, assim como a produção em larga escala.

Essa transformação teve forte impacto na sociedade italiana, apesar de ter também contribuído para o aprofundamento dos contrastes entre o norte e o sul do país. Segundo estudo de Putnam (1996),

Em meados dos anos 60 [...] muita coisa começou a mudar. O pano de fundo era a incrível rapidez da transformação social e econômica na Itália do pós-guerra. Nos 20 anos decorridos entre 1950 e 1970, a economia cresceu mais depressa do que nunca na história italiana e mais depressa do que em qualquer outro país ocidental (Putnam, 1996:35).

A cultura, a linguagem, a vida em família, os costumes, os divertimentos, o consumo, tudo foi afetado. “Os padrões nutricionais melhoraram; o analfabetismo e a mortalidade infantil diminuíram em dois terços...” (Putnam, 1996: 36). Ocorreu todo um rearranjo em relação aos hábitos e práticas preexistentes (Ginsborg, 1989:325). A televisão tornou-se um bem acessível à maior parte da população e estabeleceu-se como veículo de formação de opinião. Porém, “A imprensa e a televisão geralmente tinham uma atitude hostil em relação a quem protestava, gerando, desta forma, protestos contra a RAI ou em frente às sedes dos jornais” (Tarrow, 1990:207). Além disto, a grande imprensa selecionava os episódios mais violentos e participados, relegando a segundo plano as reivindicações. Assim, ocorreu que os movimentos valiam-se, em geral, de meios de divulgação próprios, que foram responsáveis pela difusão do movimento de protesto social. Nos anos 60, nasceram inúmeras pequenas revistas e jornais mimeografados. Depois de 1968, surgiram jornais e revistas de boa qualidade editorial, como: *Servire il popolo*, *Avanguardia operaia*, *La Classe*, *Il Manifesto* e *Lotta continua*. Ter um destes jornais em mãos era signo de pertencimento ao movimento (Tarrow, 1990:209).

O cinema, nessa época, projetou nomes como os de Fellini e Visconti¹⁷, que foram capazes de ofertar conteúdos críticos e novos padrões estéticos. O tempo livre aumenta também, assim como as possibilidades de mobilidade. A Fiat lança seu modelo popular de 500 cilindradas, que se torna um verdadeiro ícone do “milagre”. As motocicletas se tornaram um acessório da juventude (*Vespe* e *Lambrette*). Os deslocamentos e o lazer populares foram fortemente incrementados e dinamizaram a vida social italiana.

Em meados de 60, houve um *boom* editorial, com a oferta de literatura de qualidade a baixo custo pela editora Mondadori, e a Itália se abria para o mundo. Aumentou o número de revistas, especialmente as dirigidas ao público feminino (Ginsborg, 1989:329).

Ocorreu também um extraordinário desenvolvimento urbano, com deslocamentos populacionais do campo para a cidade, em busca de emprego e melhor remuneração. Entre 1960 e 1961, houve situação de pleno emprego e no ano seguinte as autoridades públicas responderam com recessão para diminuir o ritmo de crescimento da economia (Tarrow, 1990:35).

A assistência sanitária, que já era precária, suportou mal o movimento migratório do “milagre” em direção ao norte da Itália (Ginsborg, 1989:306). A saúde pública era centrada no atendimento hospitalar, e a responsabilidade era das administrações provinciais. Havia ainda um difícil legado do período fascista: as *mutue*, estrutura previdenciária denominada Istituto Nazionale Assicurazione Malattie (Giacanelli e Boriosi, 1982:22), que tratava de questões relativas ao adoecimento, exceto casos de doença mental, ofertando serviços reconhecidos pela opinião pública como de baixa qualidade (Ginsborg, 1989:202). Os médicos desta previdência eram mal vistos, assim como os *duvidosos* convênios com o setor privado, que costumavam falsear informações para aumentar a arrecadação. Tais questões motivaram a mobilização dos médicos italianos, que pressionaram o governo pela reforma racionalizadora do setor hospitalar e sanitário, por meio de greves e manifestações públicas (Giannelli e Raponi, 1965).

Num segundo momento, emergiria também toda uma mobilização em torno da necessidade de uma reforma sanitária ampla, capitaneada por um conjunto de médicos, que se denominava “Medicina Democrática”. O nome mais importante no

¹⁷ Com filmes como *La dolce vita*, *Il gattopardo*, *Rocco e suoi Fratelli*.

que tange a esta mobilização e posterior reforma é o de Giulio Maccacaro. A reforma sanitária italiana se efetivaria apenas em 1978, com a constituição do Servizio Sanitario Nazionale e com a dissolução das instituições previdenciárias. O serviço de saúde passaria, então, a se organizar segundo o princípio da territorialidade, adequando-se às necessidades locais, apoiado nas unidades sanitárias locais, que cobriam de 50 mil a 200 mil habitantes (Giacanelli e Borosi, 1982:29).

O fenômeno migratório abalou fortemente a influência da Igreja Católica e promoveu o encontro entre os jovens meridionais, o movimento operário do norte e a tradição do movimento de resistência, apesar do concomitante aumento do individualismo e da atomização da sociedade civil (Ginsborg, 1989: 343) advindos do processo de modernização.

Segundo Tarrow (1990:33), ocorrem nesse contexto: a secularização da cultura popular católica, o crescimento de associações autônomas fora do controle da Igreja e dos partidos, a emergência de uma classe média instruída e a imigração massiva para as cidades do norte. A nova classe média, articulada, culta e com ambições profissionais, tinha exigências de modernização cívica, de reformas educativas, de planejamento urbano, de qualidade nos serviços públicos, de reformas no âmbito privado (divórcio e aborto), etc. Entre 1951 e 1971, os profissionais de nível superior, os técnicos e os profissionais liberais cresceram numericamente, especialmente nas regiões setentrionais.

2.5. Novos atores sociais

A nova classe média, com seus profissionais liberais, médicos, bancários e docentes universitários, participou de cerca de 8% dos protestos no ciclo descrito por Tarrow. Os médicos, em 1967, provocaram o fechamento do setor sanitário por uma semana, lutando contra o sistema previdenciário (Tarrow, 1990:79). Os funcionários públicos, incluindo os da área da saúde, participaram de 12% dos episódios de protesto noticiados pela imprensa (Tarrow, 1990:77).

Os anos 60 trouxeram, também, uma problemática aproximação política entre o centro e a esquerda (expressa inicialmente em alianças locais entre a DC e o PSI¹⁸), como em Milano, Genova, Firenze e Venezia, e, posteriormente, alianças

¹⁸ Esta aliança revelou-se negativa para o PSI e resultou em uma divisão no partido e na formação do PSIUP, Partido Socialista de Unidade Proletária (antigo nome do PSI nos anos 40). Apenas em 1966 estes grupos se reunificariam no Partido Socialista Unificado (PSU).

nacionais, no Governo de Aldo Moro, cujos resultados mais importantes foram a criação da escola média unificada e a ampliação de exigência de escolaridade para 14 anos de idade, em 1962. Esta reforma, somada à abertura, em 1961, das universidades para os estudantes que vinham de cursos técnicos, tem como conseqüências o aumento das possibilidades de acesso ao nível superior de escolaridade (Ginsborg,1989:363) e a ampliação de horizontes culturais, especialmente para os jovens de classe média e das classes operárias. “No ano acadêmico de 1967-68 os estudantes universitários eram já 500.000, contra 268.000 do ano de 1960-61” (Ginsborg, 1989:405). O impacto foi grande, e caberia pensar aqui em termos de uma revolução educacional, tal como a sugerida por Parsons¹⁹, mesmo que as escolas oferecessem uma formação qualificada como arcaica e de baixa qualidade, que se evidenciava em um currículo tradicional, falta de salas e livros didáticos, desatualização dos professores, etc (Ginsborg,1989:404).

Os jovens oriundos da nova classe média italiana operariam como novos sujeitos sociais. Suas atitudes espelhariam o desenvolvimento econômico italiano do pós-guerra e as divisões internas da esquerda nos anos 60. Estaria ocorrendo, para Tarrow, oportunidade política, dada a visibilidade dos conflitos sociais e a oferta de informações, por meio de instrução e de expansão dos meios de comunicação de massa (Tarrow, 1990:32).

A universidade italiana, em particular, era fortemente tradicionalista e elitista (Capano, 2000:19). Seguia os cânones do modelo europeu continental, concentrando poder científico-pedagógico nos professores catedráticos. Estes eram chamados de *barões*, o que sinalizava a força daqueles professores que alcançavam este status mais elevado nestas instituições. Era profundamente diferenciada internamente, e a oferta de vagas variava de região a região, sendo que a grande concentração se dava no norte e no centro da Itália, em contraste com um quadro de carência no sul (meridional). Mas foi do seio deste modelo tradicionalista que emergiu o movimento estudantil italiano.

Mas outros acontecimentos devem ser apontados ao referirmo-nos à emergência das revoltas estudantis.

Os jovens e estudantes foram os que mais participaram dos protestos entre 1966 e 1973, constituindo um terço dos atores sociais envolvidos. Eles não se

¹⁹ Capítulo I.

restringiam a questões relativas à escola e à formação. Sintonizaram-se com problemas internacionais, com diversos conflitos urbanos, com a luta operária e com os diversos conflitos ideológicos, sendo fundamentais para a difusão dos diversos movimentos (Tarrow, 1990:72). Eram diversas as organizações dos estudantes universitários, como a Unione Goliardica italiana, a Gioventù studentesca (católica) e a Intesa universitária (católica), dentre outras.

A revolução cultural chinesa (1966-67), por exemplo, foi interpretada como um movimento espontâneo e antiautoritário. Na Itália, era como se fosse necessária, para os movimentos do final de 60, uma revolução análoga, capaz de afrontar os valores e hierarquias hegemônicas desde o pós-guerra. A morte de Che Guevara e o surgimento da Teologia da Libertação na América Latina foram também muito marcantes e ajudam a entender por que a primeira revolta estudantil ocorreu em uma universidade católica italiana, em Trento (Ginsborg, 1989:409), estendendo-se para outras universidades, escolas e fábricas, para, na seqüência, repercutir fortemente nos mais diversos espaços.

O movimento operário que surgiu em meados e final dos anos 60 foi expressão de toda essa riqueza de acontecimentos. Ele se destacou dos limites do sindicalismo²⁰ e do partidarismo tradicional, e começou a vocalizar, na forma de protestos (greves em especial) e iniciativas locais, as demandas do complexo segmento que compunha a força trabalhadora do norte da Itália. Finalmente, constituiu toda uma rede que fortaleceu suas plataformas de luta de forma inovadora:

o movimento operário tinha [no final dos anos 60 e início de 70] uma base tanto entre os operários qualificados como entre os não qualificados, tinha apoio no movimento estudantil, nos sindicatos e nos partidos de esquerda, e tinha as *sporas* de alguns grupos extremistas externos aos principais partidos (Tarrow, 1990:159).

O fato é que as lutas operárias, a partir de 1968, ganham autonomia e um caráter espontaneísta. Elas reagiam às tensões sociais, e, assim, à brutal disciplina e exigência contínua de aumento do ritmo do trabalho nas fábricas. Ao mesmo tempo, havia uma crescente demanda do mercado de trabalho e descompassos na remuneração dos velhos e novos contratados.

²⁰ O sindicalismo italiano tem, desde 1948, um caráter tríplice, expresso na organização das suas centrais: a CGIL representa os trabalhadores socialistas e comunistas; a CISL, os católicos e democratas cristãos; finalmente, a UIL, social-democratas e republicanos (Ginsborg, 1989).

A conflitualidade provocada e sustentada por esta rede fortaleceu, como resultante, os sindicatos, que foram os atores formais que colheram as conquistas dessa nova força.

2.6. Movimento estudantil

O início dos anos 60 trouxe nova fase de tensão, especialmente entre os imigrantes oriundos do sul e mal-estabelecidos nas grandes cidades do norte. As cidades do norte, apesar de queda na taxa de natalidade, tiveram grande aumento populacional, chegando a dobrar a população.

O aumento de oportunidade de instrução, especialmente diante das novas exigências do mercado em relação à aceleração do ritmo de trabalho e à crescente mecanização, pode ter estimulado atitudes mais críticas por parte dos jovens operários.

A corrida ao consumo, resultante do “milagre”, não teria sido, então, uma tendência homogênea. Muitos universitários e estudantes em geral reagiram a essa situação. “Aquela geração de estudantes lia Camus, Sartre, Pavese, Baudelaire, e seus heróis, quando existiam, eram os rebeldes, e não os integrados” (Ginsborg, 1989:407). Os estudantes que desencadearam o processo de contestação se posicionavam contra as duas principais ortodoxias italianas: a católica e a comunista.

O movimento estudantil explodiu, então, em Trento, ao norte da Itália, no final de 1967, antes da eclosão do movimento estudantil francês, e estendeu-se no ano seguinte. Foi um movimento de classe média, que, pela primeira vez na história italiana, posicionava-se à esquerda. Começou com a ocupação da universidade estatal, que havia sido fundada em 1962 pelos católicos de esquerda da DC. Tratava-se da única universidade italiana que tinha um curso de sociologia. O protesto seguinte foi em Milano, em uma universidade privada (católica), e, depois, em Torino. O movimento se difundiu em todo o País, com ocupações e manifestações as mais variadas, que protestavam contra o modelo universitário vigente – os métodos de ensino, os conteúdos, as avaliações, etc.; a proposta de reforma em pauta que limitava o acesso à formação superior; todo o tipo de autoritarismo; o capitalismo; e os modelos hegemônicos das instituições sociais e políticas. As ocupações universitárias significaram inovações táticas. Nelas, organizavam-se, concomitantemente, grupos de trabalho, eram reproduzidos

boletins informativos, organizadas assembleias, discutiam-se políticas públicas e aconteciam aulas (Tarrow, 1990:62). Entre 1967 e início de 1968, ocorreram ocupações em Trento, Pisa, Torino, Venezia e Milano. Depois, difundiram-se para Firenze, Roma, Bologna e todo o sul e as ilhas. Tomando o total dos episódios de protestos estudantis noticiados, 1910, a maioria aconteceu no noroeste da Itália (especialmente, Milano), com 968 episódios; no sul, 492; no centro do país, 254; no nordeste, 121; e, finalmente, nas ilhas, 75 (Tarrow, 1990:73). A difusão do movimento estudantil ocorria também por meio de conflitos que mobilizavam grupos moderados e de direita, que faziam contra-ocupações.

Os estudantes propunham, idealmente, a democracia direta, inspirados na *Comuna de Paris*, de 1871, e a liberação em todas as suas formas. A organização do movimento era radical, descentralizada e utopista. As metas em questão visavam não exatamente à reforma universitária, mas à transformação da sociedade como um todo, traduzida em lutas por creches, crítica das instituições educativas, luta contra as instituições custódialísticas, etc. Por isto, o movimento estudantil italiano, rapidamente, saiu dos limites das universidades e caminhou em direção a uma aliança com o movimento operário e a sociedade civil organizada.

Sua prática, no entanto, não era livre de contradições. Segundo Ginsborg, “Com freqüência, eram presunçosos, arrogantes e intolerantes; aceitavam com excessiva facilidade o uso da violência como meio e não colocaram em questão, por muito tempo, a natureza dos valores masculinos dominantes” (Ginsborg, 1989:418).

Talvez resulte disso a tendência que se configurará de deslocamento para a participação em ações terroristas, num enquadre militarista (Ginsborg, 1989:515).

A partir de 1971, ocorre, de maneira geral, decréscimo dos movimentos de protesto, mas, concomitantemente, aumenta a violência.

A geração seguinte do movimento estudantil, tomando o final da década de 70, estará em outra posição, mais irreverente e espontânea. Será a ocasião da constituição dos *Centros Sociais*, que se dedicavam a responder às necessidades mais específicas dos próprios estudantes, como: realização ou acesso a espetáculos, realização de filmes, constituição de laboratórios de fotografia e de música, formação de grupos de discussão, cursos de ioga e oferta de atendimento a tóxico-dependentes.

É importante ressaltar que o movimento estudantil, de forma muito enfática, garantiu espaço de divulgação do *MLA*, especialmente nos centros de formação

universitária. As ocupações convertiam-se em oportunidades de divulgação da luta antiinstitucional e antiautoritária do *Movimento*, pois era quando se realizavam debates e seminários, para os quais Basaglia e sua equipe eram convidados. Além disto, o movimento estudantil constituiu força de trabalho fundamental, mediante a prática de voluntariado nas experiências alternativas que o *Movimento* implementava. O livro *A instituição negada*, de Franco Basaglia e sua equipe de Gorizia, era, em 1968, literatura obrigatória neste circuito estudantil. Foi do movimento estudantil que emergiu a segunda geração do *Movimento Antimanicomial*, que, por sua vez, oferecia aos estudantes possibilidades de formação profissional alternativa, imbuídas de um espírito rebelde. Muitos jovens psiquiatras italianos deixaram a universidade para trabalhar nos manicômios, como voluntários (Colucci e Di Vittorio, 2001:111). Além disto, o movimento estudantil chegou a praticar invasões de hospitais psiquiátricos, de modo a abrir caminho para a chegada da vanguarda psiquiátrica do *Movimento*, os *gorizianos* ou *basaglianos*.

O último evento de relevância do movimento estudantil se deu em Bologna, quando, em 1977, os estudantes realizaram um congresso sobre a repressão na sociedade italiana²¹, que colocava em questão o papel do PCI. A região onde o PCI mais se apoiava era a Emilia Romagna, de cultura anticlerical e grande tradição em cooperativismo, governada pelo partido desde o fim da Guerra. E a cidade que melhor expressou o projeto da esquerda nesta região foi Bologna. Este evento foi marcado pela participação dos “nouveaux philosophes” franceses²², ou autonomistas, e marcou o enfraquecimento do movimento estudantil neste período.

2.7. Anos de chumbo

Um dos desdobramentos inesperados do movimento estudantil foi também o terrorismo de esquerda italiano, resultante de aliança com setores do movimento operário. Em outubro de 1970, surge o grupo revolucionário “Brigate Rosse”, Brigadas Vermelhas, ou BR, organização operária autônoma que se dispunha à luta armada, em especial a guerrilha urbana (inspirados nos *Tupamaros* da América do Sul e nos *Partegianos* da II Guerra). Outras organizações seguiram este mesmo

²¹ Barros (1994:84) faz referência, em seu livro sobre a experiência de Trieste, ao Encontro da Autonomia Operária, que teria ocorrido em Bologna nesta época, ao qual os autonomistas estariam se dirigindo.

²² A principal referência deste grupo é o filósofo Felix Guatarri. Na ocasião do II Encontro do Reseau de Alternativas à Psiquiatria, a palavra de ordem era Bologna contra Zangheri, ou seja, Bologna contra o seu *sindaco* ou administrador (vide informativo sobre o evento intitulado Il Circuito Del Controllo, n. 2).

caminho, mas não com o mesmo sucesso, como os Núcleos Armados Proletários e o GAP, de Giacomo Feltrinelli.

O terrorismo italiano cresceu especialmente entre 1973 e 1980, justificando a sua definição como “os anos de chumbo”. As Brigadas Vermelhas tinham a expectativa de que o terrorismo se generalizasse, em 1977, como estratégia de luta (Ginsborg, 1989:516), na intenção de impedir o funcionamento regular do Estado. Outros alvos privilegiados foram a DC e os jornalistas. Justamente quando seria proposto, no governo Andreotti, o ingresso do PCI no governo, Aldo Moro foi seqüestrado pela BR²³ em Roma, a caminho do Parlamento, sendo, posteriormente, morto. Este episódio convulsionou a Itália. Entre 1977 e 1980, dezenas de pessoas, civis, foram mortas na Itália pelos mesmos grupos terroristas, apesar do nítido repúdio da sociedade.

Como resultado, o terrorismo teve um forte impacto negativo, na medida em que justificou, no final dos anos 70, a suspensão de direitos civis e minou os espaços públicos de protesto que os movimentos haviam criado.

A partir de 1968, a relativa inércia da composição nacional de centro-esquerda teria se visto, portanto, substituída por um grande ativismo de base da sociedade civil italiana. Surgem grupos revolucionários e todo um espírito contestatário, sempre no norte e no centro do País. Estes grupos se aliarão com o movimento estudantil e darão origem à Nuova Sinistra, ou Nova Esquerda, italiana, ou à esquerda extraparlamentar, composta de um grande número de organizações revolucionárias, em que se destacam: os maoístas do “Servire il Popolo”, a leninista anti-stalinista “Avanguardia Operaia”, a libertária e irreverente “Lotta Continua”, a leninista “Potere Operaio”, os jovens do “Il Manifesto”, a “Unione dei marxisti-leninisti, entre outras.

O que sintonizava essa multiplicidade de grupos e organizações geralmente sectárias era a certeza da eminência de uma revolução no Ocidente, o que os orientava para um forte ativismo e para o trabalho de conscientização da classe operária. Dá-se, então, um distanciamento entre o movimento operário e o sindicalismo italiano, que necessitava ser reparado. Isto foi possível com a autonomização dos sindicatos com relação aos partidos, o que possibilitou tomadas de posição mais sintonizadas com o momento histórico.

²³ Sob a coordenação de Mario Moretti.

2.8. Conexões com o *Movimento de Luta Antimanicomial*

Os movimentos de protesto na Itália foram numerosos, profundos e duradouros, questionando em todos os níveis a sociedade italiana. Eles foram decisivos para a consolidação das reformas que ocorreram na Itália na década de 70. Há quem qualifique este período como o “crepúsculo dos deuses”, na medida em que foram os últimos grandes movimentos coletivos da história italiana (Ginsborg, 1989:576). Passado este período de turbulência social e política, a Itália enfrentaria ainda uma recessão econômica significativa, com estagnação da economia e inflação, que se estenderia pela década de 70.

Não se pode também deixar de registrar a emergência de associações civis defensoras da temática antimanicomial. A primeira parece ter sido a Associação pela Luta Contra as Doenças Mentais²⁴, ou “Associazione per la lotta contro le malattie mentali”, fundada, em Firenze, por Gaetano Antonacci, em 1966. Tinha o objetivo de contribuir para o estudo e a divulgação da temática, além de realização de intervenções diretas na luta pelos direitos dos que sofrem de distúrbios psíquicos. Segundo Franca Basaglia, esta associação teria surgido “de um grupo de católicos aos quais [Franco] Basaglia estava ligado” (Basaglia Franca, 1991:30). Posteriormente transferida para Torino, congregava doentes mentais, seus familiares e simpatizantes em geral. Contava com o apoio da revista *Assistenza Psichiatrica e Vita Sociale* para sua divulgação (1966, n.4, abril), quando Franco Basaglia e os gorizianos já compunham a sua equipe editorial. Em 1968, a Associação pela Luta Contra as Doenças Mentais organizou uma mostra fotográfica sobre o manicômio de Colorno (em Parma), que se fez acompanhar de manifestação de enfermeiros, que estavam em greve e desfilaram pelas ruas da cidade com camisas de força e exibindo outros instrumentos de “tortura” da psiquiatria²⁵. A mostra fotográfica se intitulava “La violenza istituzionalizzata” e contava com profissionais renomados, como Marino Berengo Gardin e Carla Cerati. Uma destas fotos se tornará um emblema do *Movimento Antimanicomial* ao longo dos anos 70: um interno do hospital psiquiátrico de Colorno (em Parma), sentado, com as mãos na cabeça, numa atitude de desespero (Basaglia Franca, 1991:31).

²⁴ Ainda hoje, em 2003, é muito ativa.

²⁵ Aqui temos uma imprecisão relevante, pois, segundo Rossi (2000:181 e 182), esta manifestação dos enfermeiros teria ocorrido precisamente em 4 de abril de 1968, precedendo as manifestações do Movimento Estudantil de Parma.

Dentre todos esses movimentos e associações, o movimento estudantil, o movimento operário e a Magistratura Democrática foram os mais citados, na literatura e nas entrevistas, como determinantes para a emergência do *Movimento Antimanicomial Italiano*.

O movimento operário expressou uma ruptura dos trabalhadores com o sindicalismo e foi responsável pela maior parte dos protestos na década de 70. A partir de 1968, ele se sintoniza com o movimento estudantil, tanto nas ocasiões de protesto como no interior mesmo das fábricas, na medida em que muitos estudantes de medicina abraçavam a causa operária, colocando sua capacidade profissional à disposição ou, mesmo, optando pelo trabalho industrial como forma de integração na luta e solidariedade (Tarrow, 1990:161).

A sintonia entre o movimento operário e o *Movimento de Luta Antimanicomial* se traduz em toda uma sensibilização em torno da saúde mental no trabalho, com a mediação destes estudantes que se colocavam a serviço da classe trabalhadora e da sonhada revolução.

A Magistratura Democrática foi um movimento de jovens juizes que se viram fortemente influenciados pelo clima intelectual libertário do final dos anos 60. Eles passaram a trabalhar, associadamente, pela reforma do sistema judiciário, que era tradicionalista, classista e moroso (Ginsborg, 1989). O *MLA* interagiu com este movimento na construção da crítica à legalidade mesma da prática psiquiátrica do seqüestro e no diálogo que gerou o novo formato legislativo que seria aprovado em 1978.

Concluindo esse cenário, é importante enfatizar que, no geral, as maiores mudanças resultantes de toda esta turbulência societária, entre 1968 e 1973, foram culturais e sociais, sendo o resultado do período certamente pequeno, se contraposto ao seu ímpeto revolucionário.

3. A psiquiatria e os psiquiatras: breve relato sobre um denso período

Como vimos, a Itália, a partir dos anos 50, inicia um período de intensa racionalização: o Estado se liberta do enquadre tradicional e autoritário; o mercado e a produção se sofisticam e expandem; e a sociedade civil se autonomiza, vitaliza, complexifica e conquista expressão para os conflitos imanentes a um período pleno de novidades e possibilidades. As mudanças de caráter racionalizador e a modernização têm impacto em todas as esferas sociais, de modo a afetar toda a

população. No centro das mudanças socioculturais estão a família, as instituições de ensino, as relações de trabalho, a expansão da imprensa e esferas públicas, a Igreja, os partidos e os sindicatos. As instituições psiquiátricas também serão cenário do processo de racionalização e modernização, como veremos, sinalizando a profundidade da transformação das esferas pública e privada, chegando aos limites da tematização da intimidade e da desrazão, já em curso no cenário europeu. O fascismo e a guerra haviam criado um enorme vácuo, um hiato, que manteve a Itália intocada, ao longo de décadas, no que concernia a uma absorção de toda a miríade de inovações culturais que marcaram o desenrolar do século XX.

Conversando sobre os antecedentes do *Movimento Antimanicomial*, o psiquiatra e historiador Giacanelli²⁶ se recordava que *“Nos anos 60 se difunde a sensação de que alguma coisa estava sendo renovada. Que a psiquiatria, a cultura do manicômio, era velha, ultrapassada. Chegavam notícias novas da França, da Inglaterra, da Bélgica. Livros novos.”*

Para compreender essa *sensação* de renovação social e cultural, devemos nos remeter ao cenário anterior, ainda de estagnação, e à retomada da produção e discussão intelectual entre os psiquiatras italianos e europeus.

O atraso e a estagnação do pós-guerra são praticamente consensuais e facilmente identificáveis nos âmbitos da cultura psiquiátrica, da vida universitária, da prática em psiquiatria e da legislação psiquiátrica italianas.

A psiquiatria, enquanto conhecimento, era conservadora e se apoiava no organicismo médico do início do século XX, ou seja, na hipótese de natureza orgânica das doenças mentais, que rastreava a loucura nos corpos como seqüelas ou máculas. Enquanto isto, nos países vizinhos da Europa ocidental já se trabalhava com perspectivas filosóficas, como a fenomenologia, o existencialismo e a psicanálise. A palavra de ordem era a psicoterapia, e a psiquiatria ganhava um enquadre subjetivo e social.

Havia na cultura psiquiátrica italiana, que se reportava ao período anterior à II Guerra, grande rejeição a tudo que não estivesse sintonizado com o espírito positivista dominante (Basaglia, 1982; Basaglia e Tranchina, 1979; Giacanelli, 1975; Piro, 1988; Colucci e Di Vittorio, 2001). A única novidade que conquistou atenção, a partir dos anos 50, foi o desenvolvimento da psicofarmacologia, que acabou se

²⁶ Entrevista com Aymone e Giacanelli, em Bologna.

tornando um vetor de atualização, dadas as exigências de mercado de uma sincronia discursiva com o resto do mundo (Piro, 1988:45).

Não existia a disciplina autônoma de psiquiatria, separada de neurologia, e as clínicas das universidades eram “artesanais e primitivas”, se comparadas com as similares européias. “O fascismo suprimira as clínicas psiquiátricas universitárias, unificando a neurologia e a psiquiatria nas ‘Cliniche delle malattie nervose e mentali’” (Piro, 1988:35). Ensinava-se, sobretudo, neurologia nas cátedras universitárias de doenças nervosas e mentais. Essa situação se manteria até meados dos anos 60.

A fenomenologia e a psicanálise – que, como dissemos, já eram amplamente conhecidas e aplicadas na Europa e nas Américas – não gozavam de nenhum espaço no cenário acadêmico formal e no âmbito assistencial. A psicanálise, preconceituosamente entendida como produto judaico, e a psicoterapia restringiam-se a práticas consultoriais privadas, de pouco prestígio.

O descompasso da psiquiatria italiana, institucionalizado nas conservadoras universidades italianas e reproduzido pela principal associação profissional, a Società Italiana di Psichiatria²⁷, estimulou a emergência de vários grupos de formação exteriores a elas.

Esses grupos informais eram constituídos, em sua maioria, por jovens psiquiatras, em diversas localidades italianas (Piro, 1988:79-81). O *Gruppo milanese per lo sviluppo della psicoterapia* foi o mais prestigioso e conhecido deles. Era formado por Pier Francesco Galli, Berta Neumann, Marianna Bolko, Enzo Codignola e Emanuele Gualandri, dentre outros. Publicava uma revista de grande sucesso, intitulada *Psicoterapia e scienze umane*, sustentando críticas à psicanálise tradicional e divulgando enfoques alternativos a ela, assim como fenomenologia, existencialismo, análise da linguagem e psiquiatria social, dentre outros temas. Este grupo se confrontou, segundo Piro (1988:99), ativamente, contra o conservadorismo do poder acadêmico, expressando as primeiras críticas políticas das instituições, antes mesmo do nascimento dos movimentos de contestação e do movimento psiquiátrico alternativo italiano, a partir da realização de seminários muito concorridos e que traziam nomes internacionais do campo da psiquiatria e da psicoterapia.

²⁷ Anteriormente chamada Società Freniatrica Italiana (Giacanelli, 1975:XXIII).

Além do Grupo Milanese, havia o *Gruppo antropofenomenologico* (congregando nomes como Cargnello, Callieri, Bovi, Borgna), o *Gruppo della psicopatologia dell'espressione* (com J. Bobon, G. Maccagnani, R. Wolmat, S. Piro, etc), o *Gruppo dell'ospedale psichiatrico di Novara* (em torno de G. E. Morselli), o *Gruppo antropofenomenologico da clinica psiquiátrica da Università di Genova* (F. Gilberti e L. Gregoretti), o *Gruppo di ricerca Omega* (com D. Napolitani), o *Gruppo ad orientamento fenomenologico-espressivo do hospital psiquiátrico de Padova* (liderado por F. Barison), e, não poderíamos deixar de destacar, o Grupo de *Gorizia* (organizado em torno de Franco Basaglia e cujos membros serão apresentados mais adiante sob a denominação de *gorizianos*).

Outro grupo, menos informal e de perfil internacional (coordenado pelo francês Henri Laborde), que deve ser lembrado é o Centres d'Entrainement aux Méthodes d'Education Active, CEMEA, criado na França, em 1937, para formar educadores e que posteriormente passou a formar profissionais na área de assistência psiquiátrica (Zani, Ravenna e Nicoli, 1984:33). Segundo relato de Slavich, este centro sustentou o programa público de psiquiatria de setor em implantação. Tinha sede em Roma e o status de associação não-governamental reconhecida pela UNESCO em 1965. Congregava médicos, enfermeiros, assistentes sociais e sanitários, e educadores em suas extensões italianas (APVS, 1967: 20), que começaram a ofertar seminários a partir de 1963 (Zani, Ravenna e Nicoli, 1984:33). Foi de sua responsabilidade a criação, nos anos 60, de uma revista intitulada *Assistenza Psichiatrica e Vita Sociale*.

Esses grupos operaram como uma rede de instituições de formação paralelas na Itália dos anos 60, congregando intelectuais interessados em uma formação alternativa. Representam os primeiros espaços relevantes em que a prática psiquiátrica e psicoterapêutica foram sistematicamente discutidas e problematizadas. Eram fóruns de discussão de vanguarda intelectual. Em grande parte deles, discute-se e procura-se aplicar os conhecimentos da antropofenomenologia²⁸, que, de forma mais significativa que a psicanálise, são confrontados com as perspectivas organicistas e positivistas. Uma entrada em cena “quase silenciosa”, segundo Piro (1988:45), de uma perspectiva então desenvolvida na Suíça e Alemanha Ocidental, que dava forma a uma esfera pública informal.

²⁸ As referências mais citadas em entrevistas seriam: E. Straus, V. von Gebattel, L. Binswanger, K. Jaspers, E. Minkowki, H. W. Gruhle. Piro (1988:43) apresenta discussão detalhada sobre a bibliografia nesta área.

É interessante destacar que alguns dos grupos de estudos informais se organizavam nos manicômios de província, como as de Sondrio, Varese, Novara e Gorizia, ao norte da Itália; Perugia, no centro; e Materdomini di Nocera Superiore, no sul (Piro, 1988:112).

Retomando o cenário acadêmico da psiquiatria italiana, acontecia, na maior parte das vezes, de professores dos quadros das conservadoras universidades italianas serem lotados na direção de manicômios, pela via de indicação dos professores catedráticos (os barões), geralmente sancionada por concursos públicos. As entrevistas por nós realizadas deixaram entrever a existência de manobras que garantiam a composição das bancas destes concursos e manobras para a seleção ou exclusão de candidatos. Um caso aparece documentado na revista *Assistenza Psichiatrica e Vita Sociale*, a propósito de uma seleção realizada em Varese (ver publicação anno IV, 11-12, nov./dic, 1968).

Piro (1988:35) se refere a “personalidades interessantes e cultas confinadas nos hospitais psiquiátricos de província” (do interior), uma situação em que ele mesmo se encontrava no início dos anos 60 e que era semelhante à que ocorrera a Franco Basaglia, Cargnello, G. E. Morselli e L. Bianchini. Giacanelli também citou²⁹ esses concursos ou *indicações* como mecanismos de isolamento de vozes *progressistas dissonantes*, na medida em que a direção de um manicômio era ofertada como compensação ao boicote no âmbito acadêmico. Assim, justificariam-se os grupos de estudos e as experiências inovadoras ocorridas em manicômios.

Mas, em geral, os manicômios não eram administrados por vozes progressistas da academia. Ser diretor de um manicômio público, geralmente de grande porte, com centenas de internados e dezenas de profissionais, significava o controle absoluto de um reduto psiquiátrico. Os diretores gozavam de total autonomia, respaldada pela Lei de 1904, e de favores que se convertiam, perversamente, em benefícios materiais e prestígio. Os manicômios italianos eram estruturas com características análogas a um campo de concentração, “... um campo de eliminação, um cárcere de onde o internado não conhece nem o motivo nem a duração da condenação”, como definiu Basaglia (Scritti II, 1982:212) em um texto que comenta a saga e desolação do psiquiatra manicomial, imerso nessas instituições fechadas, que destruíam, física e moralmente, os seus habitantes, com

²⁹ Em entrevista, em junho de 2001.

requintes de violência e horror, que tomavam a forma de terapêuticas invasivas e punitivas (como o eletrochoque e as camisas-de-força), amplamente denunciados e retratados por meio de diversas estratégias de publicização nos anos 60. Às condições aviltantes dos manicômios, ou hospitais psiquiátricos, nos quais os pacientes viam uma situação de isolamento e abandono, correspondia o cinismo, a impotência e a frustração da maior parte dos psiquiatras, “como expressão da única defesa que lhe garantia a distância necessária para sobreviver” (Basaglia, Scritti II, 1982:211).

Note-se que essa comparação entre manicômios e campos de concentração foi amplamente utilizada em meados dos anos 60 nos debates públicos, ocorrendo, pela primeira vez em depoimento do ministro da saúde Mariotti (do Partido Socialista), em 1965, em Milano: “... temos hoje hospitais psiquiátricos que se assemelham a campos de concentração alemães e ao inferno dantesco...” (Giannelli e Raponi, 1965:178). Assim, havia já um discurso crítico bastante virulento, que se dirigia contra a assistência aos doentes mentais, veiculado inclusive no Estado italiano.

Mas não havia outras opções, em termos de assistência psiquiátrica, até meados da década de 60. O destino de psiquiatras e doentes estava selado entre a universidade e os manicômios (tanto públicos ou provinciais, em sua maioria, como, mais raramente, privados e filantrópicos).

Paradoxalmente, dos manicômios de províncias começará a “avalanche cultural que abalará a psiquiatria acadêmica italiana da época” (Piro, 1988:12), desencadeada por *vozes progressistas dissonantes*.

Esse processo, que abrirá uma crise nas instituições psiquiátricas e na assistência pública, encontrará estímulo muito além das fronteiras italianas. A Inglaterra e a França serão as referências vanguardistas mais significativas do processo de crise e renovação que procuramos retratar. A primeira, a partir da experiência das comunidades terapêuticas; a segunda, de dois veios de exercício de invenção: a psiquiatria de setor e a psicoterapia institucional.

A expressão *comunidades terapêuticas* foi cunhada por Tom F. Main, em 1946, em referência ao trabalho realizado por Wilfred R. Bion e John Rickman no Northfield Hospital, iniciado em 1943, que organizava os pacientes (ex-combatentes da II Guerra) de modo comunitário. O termo foi aplicado também ao trabalho de Maxwell Jones, em Mill Hill (1941-44), Dartford (1945), na divisão de reabilitação

industrial de Belmont (1947-59) e no Dingleton Hospital em Melrose, Escócia. São trabalhos realizados por psiquiatras que ampliavam os recursos terapêuticos para além, inclusive, da relação médico-paciente, envolvendo os auxiliares médicos e os próprios doentes no trabalho de cura e reabilitação. Os seus princípios seriam de democratização das relações, alto grau de tolerância com os pacientes e confronto com a realidade (Colucci e Di Vittorio, 2001:140-142).

Já a expressão *psicoterapia institucional* foi cunhada por Georges Daumézon e Koechlin, em 1952, em referência a experiências alternativas francesas que exploravam terapêuticamente as atividades de laborativas (como a terapia ocupacional). Eles se inspiravam na psicanálise e na sociologia, e propunham articulação entre serviços hospitalares e ambulatoriais, pelo trabalho de equipes que acompanhavam os pacientes nos dois espaços. Tratava-se de procurar atuar tanto no doente como no espaço institucional, promovendo intervenções nos dois planos. Os trabalhos de referência foram os realizados em Saint-Alban, desde 1941, especialmente ligado ao psiquiatra catalão François Tosquelles, e, numa perspectiva mais radical, na clínica privada de La Borde, em Cour-Cheverny, por Jean Oury e Felix Guatarri, a partir de 1953. Essa última vertente é conhecida como esquizoanálise.

A *psiquiatria de setor e os centros comunitários de saúde mental*, por sua vez, foram formalizados em 1960, na França, mas o estilo de trabalho foi desenvolvido já nos anos 50, concomitantemente às reformas psiquiátricas inglesas e norte-americanas. São uma espécie de desdobramento da psicoterapia institucional, na medida em que deslocam a atenção, no processo terapêutico, do paciente para o tecido social, ou o *território* (Passos, 2002:130), evitando que o doente perca seus laços societários. Isto é feito a partir de uma estratégia preventiva, curativa e de acompanhamento dos pacientes, identificados e mapeados no espaço urbano (Colucci e Di Vittorio, 2001:171). Recomendava como programa assistencial: a subdivisão do território urbano em setores; a unidade e a continuidade dos tratamentos terapêuticos; e o trabalho em equipe multidisciplinar. Sugeriu, ainda, a introdução da possibilidade de atendimento domiciliar e ambulatorial, e a internação parcial, em períodos noturnos e diurnos, entre outros dispositivos assistenciais (Giacanelli, 2001).

Completando este quadro de influências internacionais, temos também a antipsiquiatria, termo cunhado nos anos 60 (Marshall, 1996:17), que congregava

críticos da psiquiatria e das instituições sociais modernas, como Thomas Szasz, Ronald D. Laing, David Cooper. Franco Basaglia foi, muitas vezes, identificado com este grupo, mas sempre negou que sua prática pudesse ser interpretada por meio desta sintonia. Estes autores entendem a loucura e a doença mental como construções sociais e vêem a instituição psiquiátrica como agência de controle social.

O interacionista simbólico Erving Goffman, o criador da *teoria dos rótulos*, Thomas Sheff, e o filósofo Michel Foucault, famoso pela sua obra sobre a história da institucionalização da loucura, são também identificados com este grupo, que teve grande impacto crítico na Itália e estimulou a emergência de um discurso libertário.

Esses paradigmas eram capazes de articular a prática psiquiátrica com uma perspectiva política libertária que se adequará ao fortalecimento da cultura de esquerda italiana.

Concluindo este panorama ao qual o *MLA* reagirá, está a legislação psiquiátrica datada de 1904, *Lei Giolitti*, que estabelece o manicômio ou o hospital psiquiátrico como local de tratamento, confere papel público oficial e autonomia à psiquiatria, mas entende e contém o fenômeno do adoecimento mental como uma questão de ordem pública. As internações e tratamentos eram compulsórios. No período fascista, segundo relato de Venturini³⁰, passou a ser também exigido por lei que os doentes mentais fossem *fichados ou registrados* nas delegacias, analogamente a criminosos, na justiça. Ou seja, a legislação italiana estabelecia uma identidade entre delinquência e loucura. Os doentes mentais eram considerados irrecuperáveis e perigosos indiscriminadamente, e não se poderia escapar desta interpretação, uma vez reconhecida pelos médicos, mesmo que judicialmente (Giannelli e Raponi, 1965:178). A Lei Giolitti se fundamentava, então, nos princípios da periculosidade e do escândalo público dos doentes mentais que deveriam ser tutelados pela ordem pública. Como salienta Giacanelli, “em efeito aquela [lei] de 1904 não era uma lei sanitária, mas uma lei de polícia que punha toda a psiquiatria na área de competência do sistema judiciário” (Giacanelli e Borosi, 1982:12).

Essa legislação foi amplamente criticada, inclusive pelo então ministro da saúde, senador Luigi Mariotti, em meados dos anos 60. As denúncias e propostas

³⁰ Em entrevista.

eram veiculadas pela grande imprensa e dariam forma à Lei de 1968 (*Lei Mariotti*), da qual falaremos adiante. Já havia em 1965 um projeto de lei em discussão que previa garantir a todos os cidadãos assistência psiquiátrica pública, criação de serviços de higiene mental e profilaxia em centros de higiene mental localizados nas diversas províncias italianas, ambulatórios, hospitais diurnos e noturnos, laboratórios e postos de trabalho “protegidos” (Giannelli e Raponi, 1965:180). Aqui entra em cena a AMOPI, que era a Associação de Médicos de Hospitais Psiquiátricos Italianos, uma organização profissional e sindical. Foi organizada, em 1959, com o objetivo de tratar dos interesses “materiais e morais, individuais e coletivos” (Zeloni:1965:33) dos psiquiatras e de promover a melhoria dos hospitais psiquiátricos, da ciência psiquiátrica e das políticas relativas ao setor. Esta associação³¹ participou ativamente do processo de negociação da reforma dessa legislação de 1904, que seria aprovada em 1968, a qual ficaria conhecida como *Lei Mariotti*. Ela pressionou pela implantação do modelo francês de psiquiatria de setor na Itália em meados dos anos 60.

Da maior relevância para a constituição do *MLA* será o evento realizado pela AMOPI em Bologna – famoso e bem-sucedido reduto comunista – em 1964: Congresso Nazionale di Psichiatria Sociale. Este fórum de profissionais, chamado “Processo al manicomio”, fez emergir o debate sobre a situação da assistência psiquiátrica na Itália, contando com a participação dos órgãos públicos responsáveis pela assistência à saúde nacionalmente (Ministero della Sanità) e da região da Emilia Romagna (Unione Regionale delle Provincie Emiliane e Provincia di Bologna), e de psiquiatras e gestores públicos de toda a Itália. As atas deste evento revelam um cenário de polêmicas acaloradas e de uma grande riqueza de iniciativas assistenciais que se inspiravam nas comunidades terapêuticas. Afirmava-se a necessidade de implantação de unidades psiquiátricas extra-hospitalares e a possibilidade de implantação da psiquiatria de setor. As críticas ao modelo vigente, reconhecia-se, apenas *arranhavam* as estruturas hospitalares, sem de fato alterá-las. Não se cogitava, nesta ocasião e neste grupo, na possibilidade de fechamento de hospitais psiquiátricos, como o revela a fala de um jovem psiquiatra, C. Fazio:

Ninguém imagina em pegar hoje em picaretas e destruir os hospitais psiquiátricos existentes; todavia, olhando mais adiante em relação a esse

³¹ Contou com a participação de psiquiatras inovadores, segundo Giacaneli (2001:19), como Ferdinando Barison, Mario Barucci, Edelweiss Cotti, Eliodoro Novello, Ezio Zerbini e Gianfranco Renzoni.

programa utópico que foi definido como organização setorial, se deve fazer todo o possível para modificar e melhorar a situação assistencial em cada província, em cada região (Fazio, 1964:257).

Curiosamente, os *gorizianos* faziam exatamente isso em 1969, em Gorizia, e, posteriormente, no início dos anos 70, em Trieste, de modo emblemático: destruiriam as paredes do manicômio com picaretas. Mas em 1964 este gesto é sinônimo do mais completo absurdo para os psiquiatras e para a sociedade italiana. No entanto, paralelamente, a idéia do fechamento dos manicômios já estava amadurecida e era vocalizada por Franco Basaglia, também em 1964, em Londres (I Convegno Internazionale di Psichiatria Sociale), o que demarca diferenças significativas entre as propostas de reforma em gestação na ocasião. Delineia-se um campo de polêmica e conflitos na psiquiatria italiana, e nascem os diferenciais que nos obrigam a tratar a *Luta Antimanicomial* como um movimento social, e não como um grupo de interesses corporativos.

Em 1966, em editorial da revista *Assistenza Psichiatrica e Vita Sociale*, que veiculava as publicações da AMOP³² e do CEMEA, de cuja comissão editorial já fazia parte Franco Basaglia, a situação legal dos doentes mentais era duramente criticada:

No início de 1966, o alargamento da consciência nos faz considerar excessivo que um cidadão, pelo fato de estar doente, venha a ser 'fechado em um manicômio', para então ser tratado não mais como homem, mas como alienado, privado de liberdade e de direitos [...] e sujeitado à autoridade do enfermeiro, do médico, do diretor, do secretário e assim por diante (Assistenza Psichiatrica e Vita Sociale, ano II, n.1, janeiro de 1966).

A Lei Mariotti (n. 431), que resultou dessa polêmica, não substituiu completamente a anterior, de 1904. Mas, mesmo sendo "parcial e incompleta" (Giacanelli e Borosi, 1982:17), ou uma reforma menor, abria a possibilidade de *internação voluntária*; tornava viável a formação de equipe multidisciplinar (com psicólogos, neuropsiquiatras infantis e assistentes sociais); criava estruturas de atendimento externo aos hospitais psiquiátricos (serviços de higiene mental), com pessoal próprio; limitava o número de leitos de internação a 625; e desobrigava o fichamento policial dos doentes mentais. Esta legislação, aprovada em um contexto de reforma dos hospitais gerais públicos italianos, significou avanços. Porém,

não abolia a violência policiaesca da internação obrigatória [*ricovero coatto*]; introduzia nos hospitais psiquiátricos os psicólogos mas ignorava completamente

³² Ressalve-se que esta entidade tinha um informativo próprio: *Boletim da AMOPI*.

na exigência de dar dignidade profissional aos enfermeiros [...]. Nada mudava nas relações entre a psiquiatria e a justiça penal que a controlava (Giacanelli e Borosi, 1982:18).

Os avanços eram relativos a uma visão mais sanitarista, porém precária e isolada das demais atividades sanitárias e sociais públicas. Esta Lei será objeto de conflito entre os psiquiatras ao longo dos anos 70. O calor das polêmicas dela resultante constituirá um campo de conflito importante, que alimentará a vitalidade do *Movimento* que enfocaremos. Aqui, evidencia-se mais uma vez o diferencial entre as iniciativas corporativistas dos psiquiatras em geral, especialmente os ligados à AMOPI e os que tomavam a direção mais radical da *Luta Antimanicomial*. Estes últimos tenderam a objetá-la, ao mesmo tempo em que se nutriam dos precedentes que ela constituía, mas que dependiam, para a sua implantação da política administrativa local. A Lei 180, como veremos, será uma resposta a esse momento que ocorrerá apenas em 1978.

A grande transformação italiana ocorrida entre os anos 50 e 70 nos confronta com uma sociedade em transformação e em processo de racionalização. Mais que desequilíbrios sistemas, as informações que sintetizamos evidenciam novos sujeitos sociais, conflitos e desafios que não encontram expressão nos canais formais de participação, mas nos espaços públicos, por meio das mais diversas formas de protesto. Isto ocorre apesar do processo de democratização em curso na Itália e de uma atmosfera política que acenava com composições de centro-esquerda ou, simplesmente, com maior tolerância em relação às formações partidárias de esquerda.

Apenas ultrapassado um primeiro momento de reconstrução pós-bélica, a vitalidade e a turbulência da sociedade civil italiana no período toma a forma de demandas por justiça e liberdade. Estas demandas são vocalizadas de inúmeras formas e em incontáveis temas. Neste complexo conjunto, podemos identificar alguns nexos que compõem a rede que dará sustentação ao *Movimento Antimanicomial*: psiquiatras que tateavam em busca da redefinição de suas práticas e da sua identidade profissional; professores progressistas e dissonantes, exilados em postos de direção de manicômios ou dedicados ao exercício informal de ensino; estudantes rebeldes que perceberam e negaram os limites da racionalidade cognitivista disponível, procurando então construir sua formação na crítica das instituições de ensino e na sua reinvenção; advogados não corruptíveis e avessos

aos laços tradicionalistas convulsionados pela história; uma classe média informada que experienciava a multiplicação dos canais de comunicação midiáticos; imigrantes de origem rural que, aos milhares, não encontravam reais possibilidades de inserção no espaço urbano em seu próprio país; e partidos de esquerda e sindicatos surpreendidos pela rápida modernização da sociedade, empenhados na costura da surpreendente polifonia civil, para dizer o mínimo sobre a composição de forças instituintes que se delineou, tomando a terminologia de Castoriadis (1992), formatando um período de intensa expressão em múltiplos espaços públicos.

Ocorreu um enorme descompasso entre as instituições disponíveis e estas forças não conformistas. Por pouco o cenário fora convertido em palco de violência. Mas, ao contrário, converteu-se em mais democracia e novos modos de pertencimento, que, se não sanaram os conflitos mais graves, cuidaram de estabelecer novos parâmetros de regulação.

Tarrow sintetiza o período, que ele qualifica como ciclo de protestos, em três conceitos: autonomia, novos sujeitos sociais e reformas (Tarrow, 1990:264) – propostas e até conquistadas. As *oportunidades* que este autor entreviu e que justificariam a irrupção dos protestos seriam, do ponto de vista econômico, relativos às pressões produzidas pelo crescimento da economia industrial, que necessitava de mão-de-obra, enquanto a classe trabalhadora reencontrava sua unidade. Do ponto de vista político, resultava da perda de força eleitoral das composições centristas, estruturadas para dividir a esquerda italiana ou, ao menos, para manter afastados os principais partidos, o PC e os socialistas. No que concerne à sociedade, o destaque seria para a expansão da oferta de ensino, aprisionada num modelo tradicionalista. Esta conjunção teria criado os movimentos sociais e de protesto italianos, nascidos sob o signo da política, pois todo o processo poderia ser entendido como demandas por modernização do sistema político (Melucci, 1996:200).

Porém, esta seria uma conclusão que não oferece instrumentos para o acontecimento de algo que nos parece maior, em concordância com Melucci: a força das mudanças culturais, de redefinição das relações, que são oriundas da sociedade civil. Este processo foi, em boa medida, protagonizado pela classe média instruída e por profissionais *responsáveis*, sintonizados com a necessidade de reformas institucionais. A riqueza desse momento não se reduz a alinhamentos e desalinhamentos políticos. Suas conquistas não se sintetizam em reformas, como

resultados, mas devem ser resgatadas ao longo do processo na formação de identidades e parâmetros interpretativos.

Ao acompanharmos um caso como o da *Luta Antimanicomial*, esperamos dar destaque a um tipo de conquista que dá corpo a modos específicos de autoprodução histórica da sociedade. A primeira batalha que se estabelece, como veremos, dá-se nos contornos da própria instituição e na sociedade civil mesma.

Os psiquiatras italianos que participaram do *Movimento* realizaram uma verdadeira reforma de pensamento a partir de fóruns de interação e debate profissional e outros, experimentais e informais. Os processos reflexivos e comunicativos parecem buscar sintonia com o que acontecia além das fronteiras italiana, mas logo geram um formato genuíno e autoconsciente. A psiquiatria, de alguma forma, flexiona-se sobre si mesma e mergulha num movimento racionalizador sobre sua história de racionalização. Ao fim deste estranho movimento, renova o sentido da própria prática e do próprio saber, conferindo-lhes um caráter ético e inovador.

Assim, retomemos o conjunto dos atores sociais para procurar localizar os sinais da revitalização que resultam das ações coletivas dos psiquiatras, que partem de uma situação análoga à dos demais atores: a negação das próprias instituições e sua reconstrução a partir de processos reflexivos e comunicativos.